

# MÉXICO E OS EFEITOS PERVERSOS DA INTEGRAÇÃO: IMIGRAÇÃO, FRAGMENTAÇÃO DO ESPAÇO E CONCENTRAÇÃO DE RENDA<sup>1</sup>

MARCOS COSTA LIMA<sup>2</sup>

## Resumo

Este artigo pretende dar uma idéia geral do que vem acontecendo no México desde os anos oitenta, tentando acentuar os efeitos perversos ocorridos a partir do processo de integração regional. O trabalho ilumina três aspectos específicos, mas articulados, a saber: a imigração ocorrida, a fragmentação do espaço nacional e a crescente concentração de renda desde então.

**Palavras-Chave:** desenvolvimento econômico; México; imigração; espaço; concentração de renda.

## Abstract

The paper intends to give a general idea of what is happening in Mexico since the eighties, trying to stress the perverse effects of the regional integration process. It puts some specific focus on three interrelated subjects: the immigration that had happen, the internal space fragmentation and the growing of income concentration, since them.

**Key words:** Economic development; Mexico; immigration; space; income concentration.

## Introdução

Os recentes acontecimentos eleitorais do México trazem de volta o país para o cenário mundial. As incertezas decorrentes de uma vitória contestada no judiciário e nas ruas pelos partidários de López Obrador evidenciam não apenas a fragilidade institucional do país, mas, sobretudo, uma profunda insatisfação da população com o *status quo*.

A nossa intenção aqui é trazer à reflexão alguns aspectos da realidade

de econômico-social e ambiental do país, no sentido de melhor compreender os acontecimentos presentes.

Este artigo teve por inspiração uma conferência, proferida pela Prof<sup>a</sup> Maria da Conceição Tavares e organizado pela Cepal, em julho de 2000 na UFRJ, quando assinalou que os intelectuais da América do Sul não deveriam excluir o México de suas preocupações, uma vez que o que ali se desenrolava, principalmente os avanços do Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos, teriam efeitos substantivos para o restante da América Latina.

O México, desde os princípios dos anos 80, viveu uma crise econômica que freou o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) que resultara das políticas anteriores de Importação via Substituição de Importações (ISI), como de resto em toda a América Latina. Os colapsos de 1982 e o de 1994 têm natureza diversa, mas o elemento comum foi a excessiva dependência do financiamento externo. Na primeira crise alguma infra-estrutura foi realizada e certa modernização ocorreu no setor industrial, apesar do descompasso entre a envergadura de muitos projetos e a capacidade de gerar divisas para pagar os empréstimos contraídos. Já na segunda crise, a entrada de capital especulativo, do centro para periferia, buscando o diferencial de juros que então se praticava fez ampliar, no decorrer do processo, o déficit em conta corrente, o estoque da dívida em moeda estran-

geira e estreitava-se a estrutura produtiva com desestímulo às atividades exportadoras<sup>3</sup>.

Para reativar a economia do País, com a crise cambial de 1994 adotou-se então uma política de corte neoliberal, baseada em políticas de ajuste estrutural recomendadas pelos organismos de Bretton-Woods: ajuste fiscal drástico, geração de superávits nas contas públicas, ampla abertura comercial, descompressão financeira e livre movimento de capitais, uma intensa privatização das empresas estatais, a desregulamentação, a eliminação dos subsídios e incentivos. Em 1994, em plena crise e com a assinatura do Tratado de Livre Comércio –NAFTA, o País passa a viver uma forte vinculação, comercial e em última instância, econômico – política, com os Estados Unidos da América.

Como é de praxe na América latina, o ajuste estrutural se faz a partir de programas de estabilização que incluem desvalorização da moeda, liberação de preços e austeridade fiscal. Por outro lado, práticas estruturais de redução do gasto público, eliminando subsídios e privatizando ou eliminando programas sociais e ativos públicos.

Para Lurdes Beneria (1992; p.94), entre as estratégias principais que os setores sociais de baixa renda implementavam para enfrentar a crise, estavam: incorporar às atividades remuneradas mulheres, crianças e idosos; mudanças radicais no orçamento doméstico; modificação

<sup>1</sup> Este artigo é dedicado à economista Maria da Conceição Tavares

<sup>2</sup> Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política – UFPE.. Pós-Doutorado na Université Paris XIII – Villetaneuse; Doutor em Ciências Sociais, Unicamp -São Paulo.

<sup>3</sup> Cf. Belluzzo, 1995.

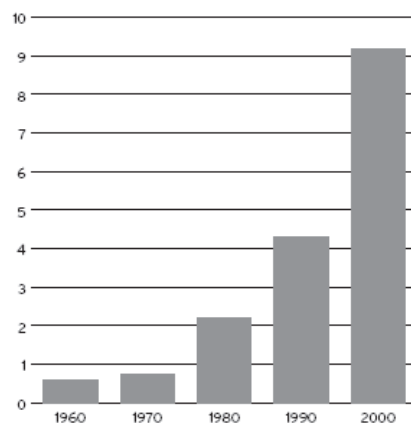
dos hábitos de consumo e intensificação do trabalho doméstico. Em estudo que realizou para a cidade do México, 70% das habitações compravam menos comida, roupa e sapatos, do que antes das políticas de ajuste. Os gastos diários de transporte, e refeições breves, se reduziram ao mínimo. Aumentou sensivelmente as atividades do setor informal; foram intensificadas as migrações para o Norte do país. Não obstante a queda no nível do padrão de bem estar, a mortalidade infantil caiu no México, desde os anos 40, tendência esta que se acelerou a partir dos anos 80 e, particularmente entre 1990-94, com programas para evitar a morte por diarreia.

Em 2004, dez anos após a crise, a economia mexicana passou a apresentar o seu pior desempenho, considerando os últimos 50 anos. Nos três primeiros anos do governo do presidente Vicent Fox, que em 2000 pos fim a 71 anos de "reinado" do Partido Revolucionário Institucional, o crescimento do Produto Interno Bruto não passou de 1,9% ao ano, o que corresponde a 0,63% ao ano. Os resultados de suas políticas econômicas monetaristas fizeram aumentar o desemprego e o crescimento do setor informal. O governo se debateu com casos de corrupção e em termos políticos, a ausência de maioria no Congresso por parte do partido do governo, amplia suas fragilidades. No conjunto, é um governo que não se pode intitular de vitorioso, longe disso.

## 2. Impactos do NAFTA sobre o México

Com o advento do NAFTA<sup>4</sup> falava-se que as imigrações freqüentes e constantes para os Estados Unidos se reduziriam. O contrário tem ocorrido, apesar de uma vigilância cada vez maior na fronteira. Segundo cálculos estatísticos, a população de imigrantes mexicanos não autorizada no território dos EUA duplicou entre 1900 e 2000 e o maior crescimento deu-se justamente a partir de 1994, quando formaliza-se o Acordo. Na verdade, este processo deve-se não só à crise financeira do País no período, mas também pela rees-

truturação industrial que precedera e seguiu a aprovação do Tratado, bem como à permanente instabilidade e impossibilidade do México de criar postos de trabalho para os mais de um milhão de novos ingressos no mercado de trabalho a cada ano. Outro elemento que deu força a este processo de imigração foi o auge da economia dos EUA a partir de meados dos anos 90, quando passou-se a falar do estabelecimento de uma "Nova Economia", bem como às redes de imigração que vinculam os dois países.



**Figura 1 Crescimento da População nascida no México vivendo nos EUA 1960-2002**

Fonte: Análise do Instituto de Política de Migração sobre os dados do censo de 2000 e: Campbell, Gibson e Emily Lennon, Historical Census Statistics on the Foreign-Born Population of the United States: 1850-1990 (Washington DC, US Census Bureau, 1999).

Em termos de comércio e de investimentos diretos externos (IDE), os números excederam em muito as projeções, com os investimentos provenientes dos EUA se ampliando entre 1994 e 2001 em cerca de 220%,

**Tabela 1 Investimento Direto Externo no México 1994-2001**

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001*
Estados Unidos	4.954	5.394	5.078	7.281	5.106	6.747	10.622	15.989
No Maquiladora	4.127	4.203	3.959	5.878	3.196	4.303	8.039	14.585
Maquiladora	827	1.191	1.219	1.403	1.910	2.444	2.583	1.404
Outros países	5.678	2.833	2.511	4.645	2.677	5.418	3.042	2.914
No Maquiladora	5.610	2.657	2.314	4.368	2.477	5.084	2.642	2.677
Maquiladora	68	175	197	278	200	334	400	237

Fonte: Secretária de Economia. México (a)- Janeiro-Setembro

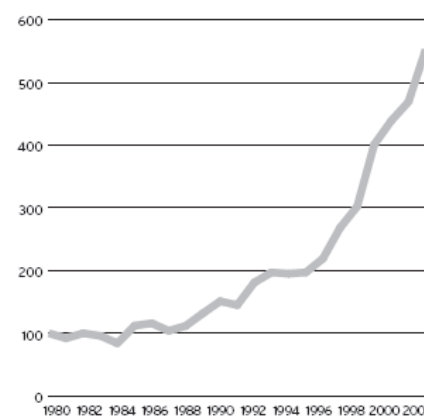
<sup>4</sup> Também se utilizará o homônimo em espanhol TLCAN.

<sup>5</sup> Sandra Polaski et al, p.46. In: AUDLEY, John (2004)

<sup>6</sup> Papdemetriou et al, p.49. In: AUDLEY, John (2004). Todas as informações sobre imigração para os EUA foram extraídas deste trabalho.

ou seja, passando de US\$ 5 bilhões para US\$ 16 bilhões<sup>5</sup>.

O México está vivendo um processo contínuo de migração rural e de urbanização. Em 1970, 41,3% da população vivia em zonas rurais e já em 1990 este número cai para 28,7% e atinge 25,4% em 2000. O emprego agrícola vem despencando.<sup>6</sup> Calcula-se que em 2000 havia 4,7 milhões de imigrantes mexicanos não autorizados nos EUA, vivendo em estados americanos como Carolina do Norte, Kentucky, Minnesota e Arkansas, estados que tiveram um incremento de mais de 1.000% entre 1990 e 2.000 de população originária do México. Estima-se que 30% dos migrantes das zonas rurais do México estavam vivendo nos EUA em 2000, quando em 1994 representavam não mais que 19%.



**Figura 2 - Migração das Zonas rurais do México para os Estados Unidos 1980-2002 Membros da Unidade Familiar - 1980=100**

Fonte: Análise dos dados da pesquisa Nacional de famílias rurais em 2002. Em: J.Edward Taylor e George Dyer, Nafta, Trade and Migration, 2003.

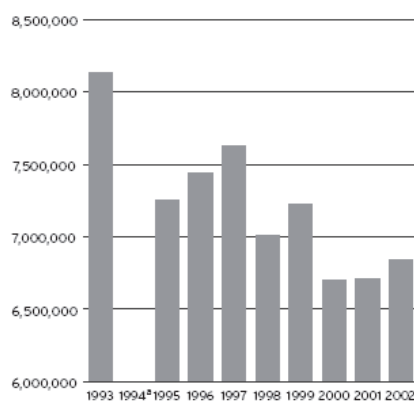
A crise da moeda mexicana em 1994 coincidiu com o início do NAFTA e os resultados desta crise foram, segundos dados oficiais, uma desvalorização cambial de mais de 50%, uma queda do PIB em 6,2% em relação ao ano anterior e o aumento do desemprego urbano total de 3,6% em 1994 para 6,3% em 1995. Além disso, ocorreu um grande movimento de trabalhadores para o setor informal. Os salários reais caíram substancialmente e os empregos formais apresentaram queda acentuada.

Em termos de agricultura o NAFTA não impediu, muito ao contrário, a migração rural no México. Havia a esperança de que os investimentos realizados em frutas para exportação e vegetais de alto valor, trariam mais emprego às zonas rurais, o que chegou a ocorrer apenas parcialmente, pois o emprego do setor agropecuário como um todo teve uma queda sistemática. O México ampliou suas importações de grãos dos EUA, sobretudo o milho, cultura tradicional no País, um produto que absorve mão-de-obra intensiva e que tem baixa produtividade *vis-à-vis* dos EUA.

O México registrou um déficit comercial líquido em produtos agrícolas com os EUA desde que o TLCAN entrou em vigor, à exceção de 1995, quando da enorme desvalorização do peso tornou a maioria dos produtos orçados em dólar muito caros para os mexicanos. Este déficit se traduziu em perdas de postos de trabalho na agricultura. Em 1993 o México empregava 8,1 milhões de mexicanos na agricultura. Em fins de 2002 este número já batia as portas dos 6,8 milhões, o que representou uma perda de 1,3 milhão de postos de trabalho. Hoje, grande parte das famílias rurais depende da remessa de familiares enviadas desde os EUA. Em 2002, estas chegaram a US\$9.800 bilhões e US\$ 12 bilhões em 2003<sup>7</sup>.

Com relação ao emprego urbano, as crises de 1982 e a de 1994 acentuaram a redução dos trabalhos assalariados, com aumento de postos no setor informal.

As plantas das montadoras – ou maquilas agregaram em torno de



**Figura 3 – Emprego mexicano na Agricultura – 1993 -2002**

Fonte: INEGI/STPS, Pesquisa Nacional de Emprego

Nota: a- não havia dados para 1994

800.000 postos de trabalho entre 1994 e 2001. Em 2003, já sofrendo nova crise, 250.000 postos foram perdidos. Atualmente as maquiladoras empregam 550.000 pessoas (2004), produzindo praticamente para a exportação ao grande vizinho do Norte, quando o México passou a ser o segundo exportador para os EUA depois do Japão.

O setor informal da economia apresentou em 2004, 46% dos postos de trabalho no México, fenômeno de base estrutural que se espalha pela América Latina.

Os salários reais de hoje são inferiores aos que eram pagos anteriormente ao Tratado e se encontram abaixo do nível de 1980. Esta queda está associada em grande medida ao abandono pelo estado de políticas sociais estruturadoras e às crises e desvalorizações bruscas, tanto em 1982 quanto em 1994. Este padrão atinge também os trabalhos mais qualificados, conforme Sandra Polaski<sup>8</sup>, pois quer os trabalhadores com título universitário, quer aqueles com pós-graduação tiveram seus salários em 2000 com valores inferiores àqueles de 1993.

Tudo isto apesar do aumento de produtividade do trabalho desde que o TLCAN entrou em vigor.

A entrada da China na Organização Mundial do Comércio veio aumentar a oferta de mão-de-obra

barata em termos mundiais e a competição na alocação das indústrias maquiladoras, quando as empresas transnacionais podem recorrer e fazer exigências adicionais, ampliando ainda mais o problema do emprego e dos baixos salários no México.

Todo este processo só poderia acarretar desigualdade em termos de renda, que aumentou no México após o NAFTA, pois comparando com o período anterior, os 10% das famílias de mais alta renda tiveram ampliados a sua fatia da renda nacional, ao passo que os 90% perderam participação ou não experimentaram nenhuma mudança. A desigualdade regional no interior do País acentuou-se, revertendo uma tendência de longa data no sentido da convergência das rendas regionais.

Quanto aos impactos ambientais acarretados após 1994, o estudo de Scott Vaughan<sup>9</sup> analisa as alterações provocadas pelo incremento do valor de comércio agrícola entre o México e os EUA e seus efeitos em termos ambientais. As exportações de trigo, por exemplo, dos EUA para o México aumentaram 182% desde 1992, o que contribuiu por sua vez para uma mudança de composição de 80% na produção de variedade de trigo na região produtora do produto no México. Durante o último decênio foram registrados aumentos do nitrogênio e outros produtos agro-químicos nas águas subterrâneas da região de Sonora, bem como de outras regiões agrícolas comerciais.

As exportações de milho dos EUA para o México aumentaram 240% desde 1992 o que pode trazer risco ambiental para as variedades tradicionais de milho mexicano. O milho transgênico foi introduzido na região de Oaxaca entre outras, apesar da proibição imposta no México em 1998, já que o País conta com uma variedade de mais de 40 tipos de milho, risco ampliado que acarreta a contaminação genética sobre as variedades tradicionais.

Também tem sido ampliada a importação de carne bovina e suína

<sup>7</sup> In Sandra Polaski, p.22, op.cit.

<sup>8</sup> Op.cit, p.25

<sup>9</sup> Scott Vaughan et al. In: AUDLEY, John (2004).

dos EUA para o México, quando a produção mexicana de pecuária pode satisfazer a demanda doméstica. Ora, as vantagens norte-americanas na agricultura são muitas, desde uma legislação protecionista (Bill-Farm), a maior capacidade tecnológica, os índices superiores de produtividade, sem falar das taxas de juros sem comparação àquelas vigentes no México.

Do México para os EUA aumentaram substantivamente as exportações de vegetais e frutas frescas, como já vimos anteriormente, ampliando no País o consumo de nitrogênio e anti-pragas. O problema maior é que o México é um dos países mais afetados pela falta de água do hemisfério ocidental e sua expansão da exportação de vegetais e frutas frescas é a principal causa antropogênica da falta de água. Segundo Vaughan, calcula-se que a exportação de tomates do México aos EUA representa uma transferência equivalente a 162 milhões de galões de água doce aos EUA a cada ano, desde 1993<sup>10</sup>. Até o presente, nenhuma medida preventiva ambiental, dentre aquelas incorporadas ao TLCAN ou em acordos paralelos para o meio ambiente foi adotada.

Este é um fenômeno que na literatura econômica é conhecido como *greenfield*, ou seja, o México funciona para os EUA como uma região de baixo nível de sindicalização e de rarefeita legislação ambiental, ampliando o nível de acumulação das grandes transnacionais que se beneficiam do *status quo*.

Para concluir este capítulo, fica evidente que o TLCAN acelerou e aprofundou significativamente as transformações estruturais no México, sem que o processo viesse a acarretar incorporação dos trabalhadores e melhores condições de vida e trabalho, reduzindo os salários e degradando o meio ambiente.

### 3. A dinâmica do espaço Mexicano

A Cidade do México, capital dos Estados Unidos Mexicanos é o principal centro industrial, demográfico, administrativo e cultural do país. Possui uma vasta rede de vias de



Figura 4 – Mapa do México.

Fonte: S.E.M.

comunicação. Sua indústria é altamente diversificada e desenvolvida. Entre elas, destacam-se as metalúrgicas, montadoras de automóveis, químicas, alimentícias, têxteis, petrolíferas e eletroeletrônicas. Hoje considerada uma das maiores cidades mundiais do ponto de vista populacional, com uma população total de mais de 13 milhões de habitantes, ocupa cerca de 13% da população total mexicana, mas sua influência, sua dinâmica econômica extrapola em muito esta sua superioridade populacional.

Entre os anos de 1930 e 1950 a produção manufatureira da Cidade do México correspondia a 30% do total nacional. Seguiam os estados de Veracruz e Nuevo Leon, com 10% e 8 % respectivamente. A região fronteiriça com os Estados Unidos,

sobretudo o Texas, passou a ter importância desde os fins dos anos 30. Entre 1945 e 1950, os estados de Nuevo Leon, Coahuila, Chihuahua e Tamaulipas perfaziam 20% da produção manufatureira do país. Outros estados, além dos assinalados, como o estado do México, Puebla e Jalisco também ganharam importância industrial nos 1950. Até o início da década de 70, portanto, o eixo econômico industrializado teve como pólo a Zona Metropolitana do Vale do México. Esta concentração industrial entre 1945 e 1970 se ampliou, passando de 32,8% para 48,6% do total nacional. A partir da Cidade do México, então, se estendia uma rede de cidades que seguia em direção ao Norte do País, com eixos secundários em Guadalajara<sup>11</sup> e Monterrey<sup>12</sup> e com os eixos terciários

<sup>10</sup> Vaughan, idem, p. 67

<sup>11</sup> Guadalajara, cidade do centro-oeste do México, capital do estado de Jalisco, com 2.846.720 habitantes, situada próxima ao rio Grande de Santiago. O lago de Chapala, o maior do México, encontra-se a 38 km ao sul. Guadalajara se estende sobre uma fértil região agrícola e é também um importante centro comercial. Entre os principais produtos manufaturados, encontram-se têxteis e artigos de couro.

<sup>12</sup> Monterrey, cidade no nordeste do México, capital do Estado de Nuevo León, com 2.521.697 habitantes. É uma das maiores e mais importantes cidades do país, possui indústria pesada de ferro e aço, além de cobre, chumbo e zinco, e processadora de prata. Fabrica produtos químicos, vidro, materiais de construção, papel, cerveja, alimentos industrializados e têxteis.

rios de Puebla (região central); Leon (região nordeste, bem como as cidades portuárias de Veracruz (golfo oriental) e Tampico (golfo nororiental).

Como afirma Martínez Yllescas (2000: 83), esta conformação histórica e geográfica criou um “padrão” piramidal de crescimento industrial que se justapõe à configuração da rede nacional de transporte:

(...) desde la consolidación de la red ferroviaria nacional en 1910, pasando por el impulso de las carreteras y autopistas desde los años treinta, hasta el inicio de la década de los setenta, la composición de las principales 25 ciudades más importantes del país se mantuvo, sorprendentemente inalterada.

A dinâmica da concentração regional mexicana resulta ainda dos investimentos públicos em infraestrutura urbana, que acompanhou esta lógica acima apontada. Durante a etapa da política de substituição de importações no país, a alta concentração da atividade econômica nas três principais cidades era resultado das economias internas de escala, aproveitando-se das vantagens de redução dos custos de transporte e economias de aglomeração. Com o processo de abertura, as diferenças foram ampliadas, porque as regiões com infraestrutura deficientes, mão-de-obra de baixa qualificação, não foram capazes de se engatar ao novo modelo.

A Zona Metropolitana de la Ciudad de México (ZMCM) apresenta indicadores de bem estar superiores à média nacional, não obstante estes dados muitas vezes escondem a situação de concentração de renda e, na base da pirâmide social se encontram significativos setores que vivem na pobreza, em condições de insalubridade e que não têm acesso aos cuidados médicos. Nestes “bolsores”, tão característicos e numerosos em toda a América latina, há forte incidência de enfermidades graves, que se somam aos efeitos da violência do sistema, que atinge, sobretudo, os grupos de menor renda. Não é por menos, que em certos países da região a violência por causas externas passou a ser tida como o segundo fator de *causa mortis* entre

a população, logo em seguida das doenças coronarianas (SAINT MARTIN, 1997).

Segundo Blanco e López (1995), que analisaram a heterogeneidade urbana e o desenvolvimento das desigualdades de condições de vida na Cidade do México, a transição de uma política social de bem estar para uma política social de mercantilização e de neo – previdência, as áreas rentáveis das instituições de bem estar são privatizadas, redefinindo-se a relação público – privada nos sistemas de proteção social e se descentralizam os problemas da federação aos estados, sem fortalecer-se as capacidades técnicas, financeiras e organizacionais para enfrentá-las, gerando iniquidades e acelerando a exclusão de amplos setores da população. A política social passa a assumir um papel residual e, as políticas de saúde, por sua vez, restringem a ação pública a modelos assistencialistas e seletivos que são instrumentalizados a partir de “pacotes” básicos de serviços de saúde, justificados desde uma perspectiva tecnocrática de custo-benefício, onde novos atores, como as agências financeiras internacionais, Banco Mundial, BID, assumem papel protagônico.

No estudo que realizaram sobre a cidade do México, estabeleceram uma tipologia de condições de vida e classificaram esta cidade, territorialmente dividida em 16 distritos, em 06 categorias: i) precária ( 3 distritos); Ruim ( 3 distritos); Regular ( 04 distritos) suficientes (03 distritos) e satisfatória ( 03 distritos). Nesta classificação, o quadro de saúde também se conforma segundo esta distribuição e apresenta diferenças tremendas nos índices de mortalidade infantil, que atinge diapasão entre 16/1000 a 31 por mil nascidos vivos, indicadores tão fortes quanto aqueles encontrados nas regiões mais pobres do Nordeste do Brasil. Nestas zonas periféricas da grande cidade do México, portanto, se verificam processos de segregação sócio-territorial; identificam-se zonas cuja

população convive, majoritariamente, em condições muito precárias, em áreas de exclusão.

A Tabela<sup>13</sup> abaixo sintetiza indicadores dos principais estados mexicanos em termos i) populacionais e de ii) realização econômica.

**Tabela 1. Posição por ordem de importância de Estados Mexicanos segundo População e PIB.**

Estado	Situação Geográfica	População classificação	População Urbana	PIB
México	Centro	1°	13,5	2°
Distrito federal	Centro	2°	8,84	1°
Jalisco	C.Oeste	4°	6,49	4°
VeraCruz-Llave	C.Leste	3°	7,10	5°
Nueva Leon	Nordeste	9°	3,93	3°
Puebla	Sudeste	5°	5,21	7°
Guanajuato	Centro	6°	4,78	8°
Chiapas	Sul	7°	4,03	14°
Michoacán	C.Oeste	8°	4,10	13°

Fonte: INEGI: 2000.

A densidade populacional ao nível do país em 2000 era de 50 habitantes por km<sup>2</sup>. Sem dúvida no interior se observavam números bem aquém desta média. Enquanto em entidades como o Distrito Federal encontram-se 5.643 habitantes por km<sup>2</sup> no Estado do México são 611 habitantes por km<sup>2</sup> e em Morelos, 313 habitantes por km<sup>2</sup>, que embora com índices distintos sejam bem mais povoadas, em situação oposta encontra-se Chihuahua, Sonora, Campeche e Durango que têm aproximadamente 12 habitantes por km<sup>2</sup>, sendo um caso extremo a Baja California Sur, onde este indicador alcança apenas seis pessoas por Km<sup>2</sup>.

Em 2000, o Produto Interno Bruto do México era de aproximadamente 574 445.1 milhões de dólares, distribuídos da seguinte maneira: **setor agropecuário** 4,3%: **setor industrial** 28%, onde as manufaturas constituem 73% de seu valor, e o **setor de serviços** com 67,7%. Em termos regionais, o Distrito Federal, mais os Estados do México, Nuevo Leon, Jalisco e Vera Cruz, juntos, perfaziam 54,2 % do PIB. De todo modo, a economia das maquiladoras, ao Norte do País, embora em regiões pouco populosas, como a Baja Califórnia, Chihuahua, Sonora e Sinaloa, têm relativamente, boa posição no PIB.

<sup>13</sup> Em anexo incluímos tabela com os indicadores de população, estrutura etária e PIB de todos os estados mexicanos.

### 3. A Economia das Maquilas

Um dos aspectos polêmicos da economia mexicana, as maquiladoras, situadas no passado apenas ao Norte e hoje também no Yucatán, têm merecido um substantivo número de estudos, sejam mais gerais e macroeconômicos, sejam estudos pontuais, tratando da questão de gênero e, mesmo, de cunho fortemente antropológico. A polêmica que se trava em torno das plataformas de exportação é de seu baixo efeito na cadeia industrial do país, sua pequena contribuição com respeito ao aporte tecnológico e à qualificação da mão-de-obra. Leslie Sklair, por exemplo, afirmava categoricamente que as maquilas, na maioria dos casos, não contribuíam para um genuíno desenvolvimento do país (SKLAIR, 1989). Esta indústria exportava quase toda a sua produção para os Estados Unidos e não buscavam mais que 2% de seus insumos no interior do México. Do total da produção do país, os insumos para as maquilas, em 1997 e 1998 não ultrapassaram 1,2 % (KOPINAK, 1997:2).

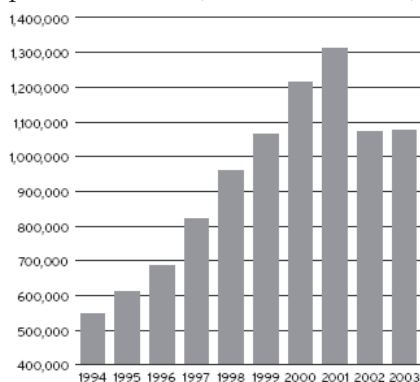


Figura 4 – Emprego nas Maquilas do México.

Fonte: INEGI, Indicadores Mensais da Indústria das Maquiladoras.

Manuel Perlo Cohen (1987), ao se perguntar sobre os efeitos da internacionalização da economia mundial numa economia periférica como a mexicana, ressalta a explosiva urbanização durante os anos 70 que tomou conta de estados como Veracruz e Tabasco (petróleo); turismo (Cancun e Acapulco) e finalmente sobre as montadoras na fronteira

com os Estados Unidos. O seu objetivo foi o de descobrir que tipos de impacto regional e urbano estas transformações tiveram para o conjunto do país. Estabeleceu-se um padrão ou houve variantes? Estas regiões desenvolveram elos mais fortes com a economia internacional? O rápido crescimento urbano ficou concentrado em algumas poucas cidades, enfraquecendo aquelas pequenas e médias? Cohen estabeleceu algumas conclusões, a partir de estudos, sobretudo, em Sonora e Sinaloa. Em primeiro lugar, que o significado econômico das plantas montadoras variavam, ao longo dos anos 80, entre as cidades ao longo da fronteira. Algumas delas como em Nogales, tornaram-se altamente dependentes destas operações, em mais de 20% do total da população economicamente ativa. Sua dependência esteve relacionada ao seu tamanho. Cidades como Matamoros e Ciudad Juarez, tinham economias fortemente apoiadas nas montadoras, com a maioria de suas manufaturas a elas relacionadas. Um outro grupo de cidades, como Nuevo Laredo, Tijuana e Mexicali, eram menos dependentes. Além da relação com o tamanho, a diversificação econômica parecia ser um importante determinante do grau de importância que as maquilas poderiam ter. Cidades com uma variada e forte tradição no setor serviços ou com base agrícola ou industrial eram menos dependentes das montadoras.

Com relação às migrações internas, as plantas maquiladoras contribuíam apenas marginalmente. As mulheres compunham quase dois terços da mão-de-obra empregada nestas maquilas. Já em termos de integração das maquilas com o restante da economia mexicana, é importante sublinhar que até 1985 não era permitido a estas firmas vender no mercado mexicano, caracterizando-se apenas como zonas de exportação, o que foi alterado posteriormente. É justamente neste ano que é criado o Programa PITEX, que tinha como objetivo oferecer, às empresas mexicanas, muitas das vantagens que eram

exclusivas das maquiladoras.

Kopinak, que estudou as maquilas de Tijuana<sup>14</sup> ( que tem mais destas plantas que em qualquer outra cidade do México) , chamou a atenção para a sua especificidade enquanto centro exportador, porque também possui indústria não maquiladora. São empresas pequenas e médias e especialmente as micro, com não mais que três a quatro empregados nos setores de medicina, farmacêutica, vestuário, auto-peças e reparos, que produzem sobretudo para o mercado local. Estas empresas não maquiladoras demandam insumos que são responsáveis por grande parte das importações de Tijuana, não obstante as exportações serem, em geral, produzidas pelas maquilas. Quase dois terços dos produtos importados pelo México estão relacionados com a maquiladoras.

Com relação a origem e destino dos bens comercializáveis , quase 98% das exportações mexicanas são destinadas aos Estados Unidos e, quase 83% todas as importações mexicanas vêm dos EUA. A Ásia e Borda do Pacífico se responsabilizam por 12,6% das importações do país (KOPINAK, 1997:11).

Estudando o fenômeno das maquilas no Estado de Chihuahua, Blancas e Díaz (1997) as enquadraram enquanto um caso particular, por não serem empresas instaladas nas cidades fronteiriças. Nos anos 80 estas indústrias tiveram um crescimento espetacular e, em 1990, o estado de Chihuahua contava com 56 maquilas dos mais diversos ramos industriais, sobretudo de autopeças, componentes elétrico-eletrônicos, vestuário e manufaturas diversas. Aí trabalhavam 17.879 mulheres, 72,6 % do total e 6.760 homens, ou 27,4%.

Estas empresas podem ser classificadas como modernas, apresentando novas formas de organização do trabalho, de caráter flexível. O capital pode dispor livremente da força de trabalho. Tanto no posto quanto no turno de trabalho. Também pode fechar ou abrir – temporária ou definitivamente – dependen-

<sup>14</sup> As mais modernas maquilas foram instaladas em Jalisco e Yucatán.

do dos vaivens do mercado internacional. A força de trabalho é oriunda da cidade, de povoações próximas e de comunidades rurais. É clara a tendência à flexibilização do salário. Existe um amplo leque de “bônus” ou pontuação, que *premia* com transporte, assistência, os casos de pontualidade, regularidade e ainda, por produtividade. Há inclusive bônus contra a indigência. Estes bônus são alcançados pelos trabalhadores, dependendo do cumprimento de certas normas, de certos padrões considerados desejáveis..

Os salários em geral são baixos, 51 % do total não ultrapassando o Salário Mínimo. Os trabalhadores se queixam, em geral, da repetição e monotonia do trabalho, do esforço visual, da permanência do corpo na mesma posição por muitas horas. Esta precariedade está relacionada à uma rotatividade da mão-de-obra que oscila entre os 11 e os 14%.

Um trabalho excelente sobre um outro ângulo do problema é o da associação de grandes companhias mexicanas com o capital internacional. Pozas (1997), analisa a emergência de novas formas de relação entre o Grupo Monterey<sup>15</sup> em suas alianças estratégicas com empresas internacionais.

O trabalho tenta responder a algumas perguntas fundamentais: – Qual o modelo de globalização que contribui, de forma mais efetiva, para o desenvolvimento econômico do país? – Qual deles tende a integrar um maior número de fornecedores e subcontratistas nacionais? – Quais benefícios trazem para o país, em termos de transferência tecnológica e de capital, investimentos no território nacional e criação de empregos? – Qual é o custo social de associar-se com empresas estrangeiras em termos de emprego, salários e saída de capital?

Observando quatro tipos de estratégias distintas adotadas por estas empresas mexicanas, a saber: 1. de investimentos centrados no território nacional; 2. de investimentos no exterior; 3. de investimentos mixtos e 4. de transnacionalização, Pozas entende que estas alianças estratégicas são, para o país, a porta de entrada de capital internacional em suas três for-

mas: créditos de longo prazo; Investimentos Diretos Externos e investimentos em Bolsa. Ao mesmo tempo são canais de exportação e subcontratação que vinculam o país com o mercado internacional.

As conclusões a que se chega são: a de que é importante conservar mecanismos de proteção à indústria nacional; de que no longo prazo parece muito mais inteligente fortalecer as redes de associação internacional com a América latina, dada a maior simetria entre estas empresas e a comunidade de interesse frente aos Estados Unidos, que têm escalas muito assimétricas às mexicanas; que o desenvolvimento de um sistema de subcontratação latino-americano melhoraria sensivelmente a capacidade de negociação da região na economia mundial. Para Pozas (op.cit:40), a única forma de aproveitar cabalmente os benefícios do processo de globalização do setor da grande empresa, no México, é de garantir de maneira mais ampla possível sua vinculação com empresas de menor tamanho, sob a forma de provedores e subcontratista. Os Programas de desenvolvimento de pequenos e médios provedores para a grande empresa, poderiam ser uma alternativa às dificuldades para exportar experimentada por estas empresas. Pode-se apontar ainda a internalização dos processos tecnológicos e a produção endógena que redunde em patentes locais, com efeitos substantivos para a indústria e para o país (COSTA LIMA, 2001<sup>8</sup>).

O professor da Unicamp, Wilson Cano, no seu livro *Soberania e Política Econômica na América Latina* apresenta todo um consistente capítulo sobre o México onde as projeções que estabelece para o País não são nada animadoras, a continuar o modelo econômico vigente e a aprofundar-se o TLCAN. Diz o economista:

(...) o país estará cada vez mais atrelado à dinâmica de crescimento da economia norte-americana, como um ‘departamento de produção no exterior’, em incessante busca do trabalho barato. Isso não só condiciona os determinantes macroeconômicos principais, mas também os da distribuição da renda e do emprego”.<sup>16</sup>

De forma semelhante, mais poética, nos fala o escritor uruguiaio Eduardo Galeano:

Nestas terras, o que assistimos não é a infância selvagem do capitalismo, mas a sua cruenta decrepitude”.<sup>17</sup>

## Referências

AUDLEY, John; POLASKI, Sandra; PAPADEMETRIOU, Demetrius; VAUGHAN, Scott (2004), *La promesa y la realidad del TLCAN. Lecciones de México para el hemisfério*. México Publisher Carnegie. /Carnegie Endowment for International Peace.

BELLINGERI, Marco (1999), “Yucatán uma Isla?”. In: Raymond Buve y Marianne Wiesebron (comp.), *Procesos de integración en América latina: perspectivas y experiencias latinoamericanas y europeas*. 171: 177. México: CEDLA & UIA.

BELLUZZO, Luiz G.(1995), “ A Crise do México e as forças de Mercado”. In Folha de São Paulo, 08 de janeiro.

BENERIA, Lurdes (1995), “The Mexican debt crises: restructuring the economy and the households”. In: Economic Crisis, persitent poverty and the women work. Boulder: Westview Press.

BLANCO-GIL,J; RIVERA MÁRQUEZ J.A; LÓPEZ, A ; ORUEDA\_ARRONIZ,F (1995), “Calidad de Vida y Salud en el Distrito Federal”. In: Eibenschutz R.(coord) Programa de Desarrollo Urbano del DF. Grupo de Estudios Metropolitanos. Cidade do México: UAM.

BLANCO-GIL,J; RIVERA MÁRQUEZ J.A; LÓPEZ, A (1997), *Territorio y Salud*

<sup>15</sup> Este grupo engloba as maiores empresas mexicanas: o grupo CEMEX, que deêm 46 plantas de cimento; 499 plantas de concreto e 35 terminais marítimos em todo o mundo; o Grupo ALFA, de aço, petroquímica e alimentos, que se associa sobre tudo para dentro; o Grupo VITRO, de vidro plano, vidro para autos, fibra de vidro, cristal, vasos de plástico e utensílios domésticos, com mais de 40 plantas em todo o mundo; FENSA e IMSA todos com perfis de empresas multinacionais associadas a empresas de diversas nacionalidades.

<sup>16</sup> Cano, Wilson; p.453.

<sup>17</sup> In: *As Veias Abertas da América Latina*. P. 307.

en La Zona de la Ciudad de México. Guadalajara: LASA.

BLANCAS, Patricia R; DÍAZ, Sérgio G.S. Trabajo y Salud em Las maquiladoras de Chihuahua. Ciudad de México: CIESAS, DF/UNAM-LASA.

CANO, Wilson (1999), "México: tan cerca de Estados Unidos y tan lejos del primer mundo". In: *Soberania e Política Econômica na América latina*. PP. 396:458. São Paulo: Editora Unesp/nicamp

COHEN, Manuel Perlo (1987), "Exploring the Spatial effects of the Internationalization of the Mexican Economy". In: Jeffrey Henderson and Manuel Castells: *Global restructuring and Territorial Development*. 136:167. London: Sage.

COSTA LIMA, Marcos (2001a), *Uneven Globalization. In search of a new pattern of development for South America. Science and Technology in Mercosur*. Paper prepared for delivered at the 2001 meeting of the Latin American Studies Association -LASA, Washington D.C. September 6-8.

DURAND,J.;MASSEY,D.S.;ZENTENO, M.R. (2001), "Mexican Immigration to the United States: continuities and changes". *Latin American Research Review*. V.36, n.1,pp127.

GALEANO, Eduardo (1979), *As Veias Abertas da América latina*. Paz e Terra.

INEGI (2001), Instituto Nacional de Estadística, Geografía e Informática. México. Ciudad de México: [www.inegi.gob.mx/](http://www.inegi.gob.mx/).

KOPINAK, Kathryn (1998), *Industrial Exchanges Across the U.S México-Border: the export platform. Thesis reconsidered in Tijuana & San Diego*. University of Western Ontario, mimeo.

MORLEY, Samuel A (1995), "Structural Adjustments and Determinants of Poverty in Latin América". In: Nora Lustig Ed: *Coping with austerity:poverty and inequality in Latin America*. Washington DC: *Brookings Institution*.

SAINT Martín, F. Peña(1997), "Antropología Física y salud en tres regiones de la Zona Metropolitana de la Ciudad

de México. Guadalajara: LASA.

SKLAIR, Leslie (1989), *Assembling for Development*. Boston: Unwin Hyman.

THORP, Rosemary (2000), *Progresso, Pobreza e Exclusão. Uma História Econômica da América latina no Século XX*. Washington D.C.: BID

TAVARES, Mª da Conceição (1999), "Império, Território e Dinheiro". In: Fiori,J.L: *Estado e Moeda no desenvolvimento das nações*. Pp 449:489. Petrópolis: Vozes.

VILAS, Carlos M (2000), "Entre a Desigualdade e a Globalização:a qualidade de nossas democracias". *Contexto Internacional*, n.1v.22, jan/jun,pp83:134. Rio de janeiro: IRI/PUC.

WILLIS, Eliza; GARMAN Christopher da C.B ; HAGGARD, Stephan (1999), "The politics of Decentralization in Latin America". *Latin America Research Review*, v.34, nº1 , 7: 56

YLLESCAS, Roberto Martinez (2000), "Experiencias de Política Regional en México". In: Poliregi:EU-AL. Brasília: IPEA.



## Departamento de Ciências Sociais Aplicadas PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

### Publicações

Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE (indexada) e classificada como Nacional A pela Qualis da Capes – Planejamento Urbano, Regional e Demografia e Arquitetura e Urbanismo,

Cadernos de Análise Regional – classificada como Local A pela Qualis da Capes – Planejamento Urbano, Regional e Demografia e Arquitetura e Urbanismo,

Revista Analisar (eletrônica)